

Abertura comercial e competitividade



**Fim do
protecionismo e
experiência de
estabilização
têm seus
custos**

A abertura da economia brasileira representa a grande transformação estrutural dos últimos anos. Iniciada em 1988 e intensificada a partir de 1990, a eliminação das restrições à importação e a redução das alíquotas significaram um enorme desafio para a indústria brasileira, em contraposição ao modelo de substituição de importações vigente até o final dos anos 80. No entanto, se benéfica na intenção, a estratégia atual de estabilização tem posto em cheque os avanços obtidos. É preciso tornar compatível a abertura com a questão da política de estabilização e competitividade.

O processo de abertura econômica trouxe avanços inegáveis no tocante à modernização da indústria brasileira, ao avanço tecnológico, à melhoria da qualidade dos produtos, à queda real de preços. Tudo isso beneficiou amplamente o consumidor, que passou a contar com maior opção de escolha de qualidade e preço.

A alíquota de importação média caiu gradualmente e com base em um cronograma preestabelecido, em muitos casos negociado com os produtores locais, de cerca de 40% em 1990, para algo em torno de 12% — nível alcançado o ano passado e, com algumas exceções, mantido atualmente. As empresas foram levadas a obter ganhos substanciais de produtividade, que, em grande parte, foram repassados aos preços finais.

No entanto, desde a introdução do Plano Real e da estratégia de estabilização baseada na âncora

cambial, tem havido uma intensificação de abertura da economia, que vem fornecendo um "subsídio" aos produtos estrangeiros, sem que haja salvaguardas à concorrência desleal dos importados, sacrificando os produtores locais, provocando forte impacto no emprego.

O câmbio nominal se mantém no mesmo nível desde a introdução do Real, em julho de 1994, enquanto os custos internos cresceram significativamente. É certo que parte desse diferencial pode ser compensada pelos ganhos de produtividade, mas seria inviável exigir um ganho de tal

monta no curto prazo.

Não há processo de abertura e experiência de estabilização sem custos, mas é importante que haja sintonia fina no timing e na dosagem das medidas, no âmbito da política industrial e da política de estabilização, para não criar, desnecessariamente, mais estragos do que benefícios.

A combinação da redução das alíquotas de importação com a valorização da moeda local e a ineficácia e/ou inexistência dos mecanismos de proteção ao dumping e práticas desleais de comércio internacional têm significado um pesado ônus para o País, com a substituição da produção local pelas importações, processo que se verifica em vários setores.

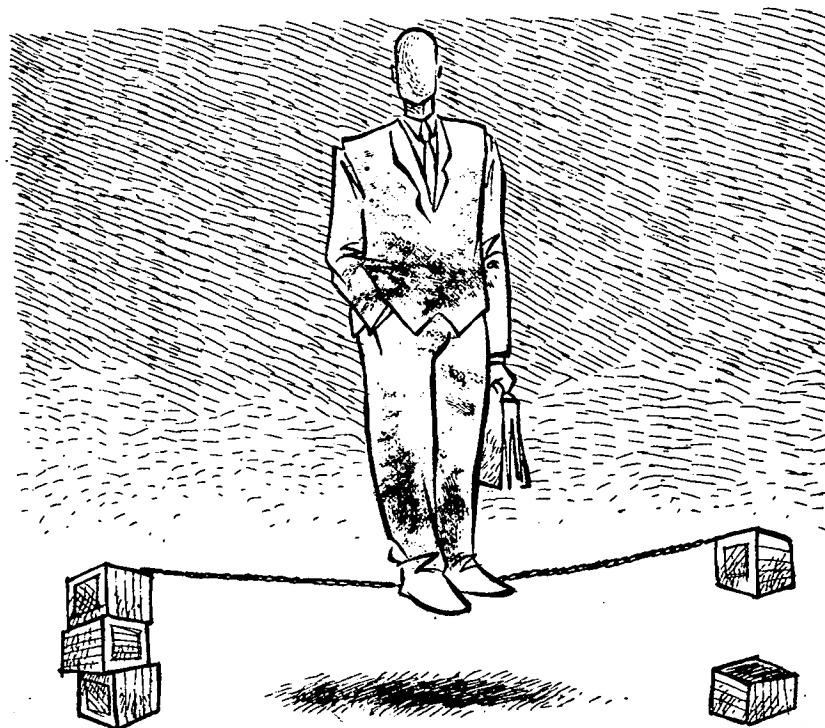
Uma consequência desse fato foi a rápida deterioração observada na balança comercial que, na introdução do Plano Real, apre-

sentava um superávit comercial de US\$ 12 bilhões no acumulado de 12 meses e, desde o ano passado, apresenta déficits significativos, que se transformam numa das mais importantes restrições ao crescimento da economia.

Adicionalmente, destaca-se que não houve uma adaptação macroeconômica de forma a propiciar ao produtor local um ambiente competitivo equivalente ao dos concorrentes internacionais. Os "fatores de competitividade sistêmica", no linguajar dos economistas, ou o "custo Brasil", na definição empresarial, continuam punindo a produção local. Fatores como juros, estrutura tributária, infra-estrutura e burocracia, entre outros, estão muito além do que se exigiria para propiciar a base da competitividade para o produtor local. E nesse caso não há esforço, do ponto de vista microeconômico, que compense essa disparidade.

A estratégia de abertura da economia precisa ser revista tendo em mira os objetivos da política industrial e de desenvolvimento, considerando nossas limitações e potencialidades. É preciso definir uma estratégia de inserção internacional que contemple uma política de promoção de exportações.

Em paralelo, o aumento das importações deve ser equacionado com o aumento da competitividade, de modo a torná-lo compatível com os demais objetivos da política econômica. Do contrário, o que teremos é um resultado de curto prazo que significará custos vultosos no longo prazo.



■ Antônio Corrêa Lacerda, economista, é presidente do Conselho Regional de Economia de São Paulo (Corecon-SP) e professor do Departamento de Economia da PUC-SP